Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 26 | 2009

O Tempo das Revistas

Uma nova revista de Filosofia?

A new magazine of Philosophy?

Adelino Cardoso

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/389>

DOI: 10.4000/cultura.389

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2009

Paginação: 87-94

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Adelino Cardoso, « Uma nova revista de Filosofia? », *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/389> ; DOI : 10.4000/cultura.389

Uma nova revista de Filosofia?

Adelino Cardoso*

O título, sem dúvida extemporâneo, desta reflexão tem ecos de uma outra fase da vida filosófica nacional, em que predominava o entusiasmo pelo muito que havia a fazer, mas não é porventura descabido num momento em que o desencanto afecta franjas significativas da sociedade portuguesa, incluindo instituições filosóficas. De facto, o panorama das revistas de Filosofia em Portugal é um espelho do estado da investigação e do ambiente sociocultural. Depois de um período de efervescência e vitalidade, caiu-se numa situação de algum entorpecimento, apesar do esforço bem-sucedido de alguns.

Ao longo das últimas décadas, acompanhei o lançamento de um número razoável de novas revistas de Filosofia e participei activamente na génese e vida interna de algumas com enorme convicção e, inclusive, militância. A reflexão que proponho não pode ser alheada desse envolvimento.

Enquanto estudante universitário (1969-1975), só esporadicamente consultei aquela que era, de facto, a *Revista Portuguesa de Filosofia* (RPF), criada em 1945¹, e que fez um percurso solitário ao longo de quase três décadas, depois de gorado o empreendimento da *Revista Filosófica* lançada por Joaquim de Carvalho (1951-1954)². Apesar do

* Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ A *Revista Portuguesa de Filosofia*, publicação trimestral, lançada no início de 1945 (Janeiro-Março), como "Secção trimestral de ciências filosóficas da *Brotéria* sob o patrocínio do Instituto de Filosofia de M. Miguel Carvalho, de Braga", tendo como direcção o director da *Brotéria* e três professores do IMC.

A apresentação da nova revista, sob o título "Porquê e programa da *Revista Portuguesa de Filosofia*" (pp. 5-8), justifica o seu aparecimento e delineia as linhas orientadoras de um projecto renovador, que visa dar um novo fôlego à reflexão e especulação no meio cultural português, que tão avesso tem sido à produção filosófica: "A actividade filosófica em Portugal, nos últimos séculos, foi a bem dizer nula. Incapacidade especulativa, adversidade do ambiente, deficiência da cultura, preconceitos de formação escolar? De tudo um pouco, tomando as coisas na generalidade. (...) As coisas vão-se modificando, agora, e ainda bem. A renovação concorrerá, assim, para formar uma mentalidade nova" (pp. 5-6). O horizonte é escolástico, mas apelando a um exercício autónomo da razão, tomando como exemplo "Pedro Hispano, Francisco Sanches, Gomes Pereira, Leão Hebreu" (p. 6).

² A *Revista Filosófica*, publicada pela Atlântida (Coimbra), e da qual foram publicados doze números, representa o esforço basicamente conseguido de uma revista apta a acompanhar o movimento geral das

esforço renovador e do impacte que os seus fundadores projectaram, a verdade é que a RPF se manteve numa posição relativamente apagada, fruto porventura de um meio académico pouco exigente e de horizontes muito limitados. A regularidade da sua publicação, a qualidade geral dos artigos publicados e o esforço de renovação que actualmente desenvolve fazem dela um caso único no panorama filosófico nacional. O programa “ambicioso” dos seus mentores mantém-se ainda em larga medida válido: “ajudar Portugal a pôr-se em contacto com o mundo filosófico estrangeiro (...), mas de forma não puramente receptiva, antes crítica”³.

O 25 de Abril alargou o espaço de intervenção cultural, estimulou a crítica e a produção intelectual, mas, no que respeita à filosofia, por diversas razões, a que não será alheio o sentimento da urgência da acção política, a reflexão filosófica não recebeu especial impulso no período revolucionário.

A pedrada no charco foi dada pela revista *Filosofia e Epistemologia*, que teve uma recepção invulgar e um impacte significativo na Filosofia e áreas próximas (mas também na área científica). Daí adveio um novo prestígio à Filosofia. Dadas as características da *Filosofia e Epistemologia* e a mobilidade da equipa, aliada ao sempre delicado segmento das relações humanas, a revista durou o tempo suficiente para, com os cinco ou seis números publicados, deixar uma marca, afirmar um estilo. E foi muito.

ideias, onde a matriz, sendo filosófica, inclui igualmente o contributo regular de cientistas, e onde está sistematicamente presente a colaboração estrangeira. No editorial do n.º 1, significativamente intitulado “Posição”, J. de Carvalho faz um diagnóstico da situação da filosofia no seu tempo e das exigências que se lhe colocam, afirmando nomeadamente: “A situação cultural que vivemos não é, porém, superável pela ressurreição ou pela importação de qualquer sistematização doutrinal, a qual poderia apresentar-se com justificação política, mas nunca seria uma solução à altura dos tempos e das responsabilidades de um Povo que deve reconhecer-se livre e digno na ordem do pensamento como se reconhece livre e digno na ordem da sensibilidade e da acção” (*Revista Filosófica*, n.º 1, Março de 1951, p. 7).

Coincidindo com a extinção da *Revista Filosófica*, surge a revista *Filosofia*, lançada em 1954 pelo Centro de Estudos Escolásticos. Dirigida por António Alberto de Andrade e Manuela Saraiva, não obstante o seu inegável interesse, não teve impacte e não se constituiu como um desafio estimulante para a RPF, principalmente pelo facto de adoptar o mesmo tipo de postura intelectual e de se firmar no mesmo campo teórico. Como é expressamente afirmado na “Abertura” do primeiro número: “Mas esse facto de a Filosofia tradicionalmente ensinada nas nossas Escolas ser a Escolástica, é inegável que contribuiu para a sua escolha.”

Por seu lado, *Philosophica Conimbricensis. Revista de Filosofia e Cultura Portuguesa*, lançada por Silva Dias, pese embora o esforço incansável do autor, é um objecto insólito e de certo modo desgarrado: inclui um único e extenso artigo de 94 páginas [uma conferência proferida pelo autor no ano de 1966, em Braga] do próprio Silva Dias, intitulado “Braga e a Cultura Portuguesa do Renascimento”. De resto, nem editorial, nada que marque a intenção da revista e o espaço em que se inscreve.

³ “Porquê e Programa da *Revista Portuguesa de Filosofia*”, p. 7.

A revista era o resultado do trabalho de uma equipa de investigação com vínculos internacionais sólidos.

Criada no ano lectivo de 1977-78 pelo Grupo de Investigação de Filosofia e Epistemologia (GIFE), *Filosofia e Epistemologia* não se assume expressamente como uma revista. Por conseguinte, não tem director, órgãos redactoriais e/ou consultivos. O que se propõe ao leitor é uma colecção de filosofia que dê voz pública ao trabalho a desenvolver pelo GIFE.

O texto de apresentação é um manifesto e um diagnóstico muito lúcido do estado da filosofia em Portugal, porventura a única área universitária onde não havia institucionalmente investigação. Vale a pena transcrever o essencial desse texto de apresentação para medirmos o caminho percorrido e também registarmos o tom enérgico e o diagnóstico lúcido e crítico de uma situação escandalosa e insustentável. No sentido genuíno do termo, eu diria que o lançamento de *Filosofia e Epistemologia* corresponde ao momento crítico em que uma mudança súbita permite vencer o estado de letargia. A força é a de uma equipa com horizontes bem definidos e uma estratégia adequada. A proverbial falta de meios, tão habilmente explorada para justificar quase tudo o que se deixa por fazer, não inibiu os membros do GIFE de lançarem um projecto ambicioso, que não foi cumprido da maneira como foi concebido pelos seus mentores, mas se desdobrou em múltiplas linhas fecundas, seguindo aquilo que, em boa linguagem leibniziana, se chama “um curso composto”, diversificado e multilinear. O carácter pioneiro da iniciativa é bem expressamente marcado: “Em Junho de 1977 reuniu-se pela primeira vez um grupo de licenciados em Filosofia que de comum tinham talvez apenas o desejo de *fazerem filosofia* e de evitarem aquilo que, entre nós, a vida post-universitária, e em particular o ensino, tão sugestivamente propiciam: o abandono de qualquer trabalho de investigação, a resignação à banalidade, a cedência aos manuais, a derrapagem autista e a consolação magistral” (p. 9). E um pouco mais abaixo: “O grupo (a que entretanto se ligaram, de modos diversos, pessoas vindas de outros quadrantes) funcionou sempre sem qualquer tipo de apoio exterior, dado que não há a nível universitário quaisquer iniciativas que procurem estimular a prática da Filosofia para os já licenciados, nem há, a nível institucional, qualquer modalidade de apoio à investigação filosófica e epistemológica. É preciso que se diga e repita claramente o seguinte: *não há nenhum centro de investigação de filosofia ou de epistemologia no nosso país, o que não deve acontecer com mais nenhuma actividade que tenha existência universitária*. E, enquanto esta situação se não alterar, enquanto não se criarem condições de amplo e efectivo apoio à investigação filosófica e epistemológica

em Portugal, nada se alterará” (pp. 9-10). Em tom de manifesto, acrescenta-se que “a ausência quase total de actividade filosófica [na tradição cultural portuguesa] não deve impedir-nos, hoje, de proclamarmos a sua urgência”. Do ponto de vista estratégico, o grupo afasta-se da “filosofia portuguesa”, de horizontes estreitos, e da “filosofia universitária”, anquilosada e amarrada a rotinas empobrecedoras.

O grupo funciona autonomamente, por sua conta, sem apoios. De referir ainda que, decorrido um ano desde o início da sua actividade, o grupo fez um percurso imenso: de um projecto vago passou a interesses definidos em áreas específicas. Não há muito mais maneiras de avançar na investigação.

O texto de apresentação marca ainda o elevado nível de exigência: “o trabalho do grupo, apesar das dificuldades e das deficiências do seu funcionamento (porventura insuperáveis no quadro desapoiado em que nos movemos), apesar das limitações daí decorrentes, e mesmo da falta de orientação estimulante, vai continuar, e vai continuar atento à actualidade filosófica e científica sem ceder às facilidades da mera divulgação, exigente na sua raiz filosófica sem cair em hermetismos de curta duração e duvidoso alcance, comprometido nas suas intenções estratégicas sem qualquer cedência aos dogmatismos” (pp. 10-11).

No terceiro número (1981), ainda do GIFE, faz a transição para uma revista de Filosofia, que passará a ser dirigida (n.º 4, agora do Seminário Permanente de Filosofia do Conhecimento da FCSH) por Manuel Maria Carrilho e Fernando Gil.

O êxito e a aura de *Filosofia e Epistemologia* vão ser muito estimulantes para a gestão de novos projectos. Dada a vida efémera de *Estudos Filosóficos* (1982), com um único número publicado, pode dizer-se que a *Análise* (1984-2006) foi a mais directa herdeira da experiência constituída por *Filosofia e Epistemologia*.

A revista *Filosofia Actual* (1982-1984) é um caso especial na medida em que resulta da iniciativa de finalistas do curso de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, entre os quais se destacam Carlos Fontes, Aníbal Lamy e Luís Pedro de Moraes, que respondem à exigência de prosseguir a formação depois de concluída a licenciatura e ao intento de fazer da Filosofia um espaço de diálogo e de intervenção públicos. A sua breve existência deveu-se a divergências internas, aquando do esforço de alargamento e consolidação da equipa redactorial, que se traduziram numa cisão, da qual nasceu um novo projecto, a revista *Logos* (1984-1988).

O contexto em que a *Logos* surge, que coincide, aliás, com o lançamento da *Análise*, é já muito diferente daquele em que *Filosofia e Epistemologia* se afirmou. E isso a vários níveis: a filosofia goza de um prestígio assinalável junto do público culto; vários cursos

de mestrado funcionam regularmente; o Ministério da Educação assume a formação contínua como um trabalho a realizar sistematicamente, reforçando a ligação entre Secundário e Superior; existe a percepção de que, a par da Epistemologia, existem outras áreas da Filosofia a requerer atenção e trabalho articulado.

No intuito de enquadrar a *Logos* e alargar o seu campo de intervenção, o núcleo fundador (Carlos Fontes, Luís Pedro Morais e eu próprio) criou uma associação: Filosofia Aberta – Centro de Estudos e Divulgação. O nome, *Filosofia Aberta*, sugeria o intento de estabelecer pontes, em especial entre filosofia e cultura, arte e educação. A organização dos sete números publicados, o último dos quais duplo, é elucidativa a esse respeito: depois de um primeiro número algo eclético, seguem-se números temáticos, reservando sempre espaço para artigos avulsos, sobre as artes (números 2 e 6), literatura (número 4), guerra e paz (número 3), progresso (número 5) e Europa (número 7-8).

Além do número 1, que é sempre especial, agradou-me o número 4, que tentou fazer a ponte entre filosofia e literatura, com diferentes tipos de textos: ensaios, poemas. O artigo que mais prazer me deu foi justamente o que publiquei nesse número, “Ramos Rosa, poeta da autenticidade”, que me deu a oportunidade de contactar com o poeta, de quem sou leitor e admirador. Conservo boa memória das suas palavras de carinho e encorajamento do poema que então me dedicou. À distância de vinte anos, direi que há na poesia de Ramos Rosa um estado de indeterminação e uma atmosfera exaltante, muito afim daquilo que é a pulsação dos possíveis no sistema leibniziano.

Logos fez o seu percurso, alcançou o essencial dos seus objectivos: foi um espaço de convívio, de encontro, de estímulo a jovens investigadores. O acolhimento público foi muito favorável: *Logos* tinha muitos leitores⁴, um núcleo de amigos e próximos que acompanhavam e estimulavam a sua elaboração. O tom despretensioso da revista era certamente um argumento a seu favor.

A morte algo intempestiva da *Logos* deveu-se a fragilidades internas: incapacidade de evoluir e profissionalizar-se. Viveu principalmente do meu entusiasmo, mas sucumbiu ao amadorismo, à falta de estruturas. A decisão de cessar a publicação de *Logos*⁵, amadurecida no Verão de 1988, foi assumida no dia 29 de Setembro desse ano, no termo de uma viagem a pé entre a Faculdade de Letras de Lisboa e a Casa do

⁴ Em média, com uma distribuição amadora, *Logos* vendeu 950 exemplares, de uma tiragem de 1500: os números 1 e 4 venderam mais de mil, mas o número 6 ficou aquém dos setecentos.

⁵ O anúncio da morte constitui a primeira frase do editorial do último número: “Com a publicação do número 7-8 cessa a publicação de *Logos*” (*Logos*, Filosofia Aberta – Centro de Estudos e Divulgação, n.º 8, Dezembro de 1988).

Alentejo, em resultado da minha convicção de que não era viável dar um salto qualitativo e garantir, ao nível gráfico e redactorial, uma base estável. A pergunta expectável “Como vai a nossa *Logos*?”, que o Professor Gama Caeiro me fez no jantar desse 29 de Setembro, tinha duas respostas possíveis: “está bem; o próximo número vai ser sobre pensamento português” ou “vai acabar, por dificuldades logísticas”. A resposta que dei, com algum pesar, foi a segunda. A conversa prosseguiu, com o meu amável interlocutor a tentar descortinar se não haveria razões mais prosaicas, como a falta de dinheiro para prosseguir o intento. Percebeu que não, e a conversa derivou para outros assuntos. O número que poderia ter sido o de um novo fôlego da *Logos* veio a ser, com os devidos reajustamentos e a uma escala mais vasta, o número 13 da *Análise*, que eu coordenei. Da *Logos*, ficou a saudade de um projecto feliz, a que faleceu a arte da metamorfose e do aperfeiçoamento.

Entretanto, participei na génese da revista *Filosofia*, da Sociedade Portuguesa de Filosofia, e fui membro da redacção, desde a sua fundação, em 1985, até ao volume II, n.º 1-2 (1988), um número duplo sobre o ensino da Filosofia. O meu afastamento voluntário deveu-se a divergências sobre aspectos internos de funcionamento da revista. Enquanto manteve a regularidade da sua publicação (1985-1992), *Filosofia* reflectiu o dinamismo e abrangência da SPF, respondendo à intenção expressa no editorial do n.º 1:

O que determina a publicação de *Filosofia* é, pois, a intenção de potenciar as virtualidades de trabalho comum próprias de uma associação como é a S. P. F., pondo-as ao alcance de todos os que se encontrem seriamente comprometidos com a investigação, com a aprendizagem ou com o ensino das disciplinas filosóficas.⁶

Extinta a *Logos*, passei de imediato para a *Análise*. Numa fase de alguma incerteza na vida interna desta, F. Gil, no final de um Seminário na FCSH, convidou-me para integrar a redacção da *Análise*. Aceitei de bom grado o honroso convite, que foi o ponto de partida para uma colaboração de mais de dez anos, durante os quais fui a maior parte do tempo secretário de redacção, e F. Gil o director. Foi uma experiência de grande intensidade e uma oportunidade de trabalhar numa escola de excelência, com um estilo muito próprio: o Gabinete de Filosofia do Conhecimento (GFC), fundado em 1984 por Fernando Gil, José Gil, José Mariano Gago, Manuel Villaverde Cabral, António

⁶ “Duas Palavras Prévias”, *Filosofia* n.º 1 (1985), p. 5.

Marques, Diogo Pires Aurélio, entre outros. O GFC deu um contributo assinalável à investigação e ao alargamento de um espaço público de debate e comunicação.

O estilo que a *Análise* cultivou é aquele que se encontra expresso no editorial do número 1 – rigor da análise, atenção ao outro, lealdade aos problemas, pensar por si: “Há muitas moradas na casa de Deus, mas a análise é o único método em filosofia. Por isso, tantas revistas têm este nome, sinal de um compromisso a que pretendemos também vincular-nos. Será o único. ANÁLISE não privilegiará moradas dentro do conhecimento. Está aberta – é um convite – à reflexão metafísica, à filosofia das artes e das ciências, do direito e das ciências humanas e quereria ser ocasião de confluências e lugar de acolhimento para o risco de pensar por conta própria.”⁷

Análise foi um caso exemplar de uma revista articulada com um programa de investigação coerente e pluridisciplinar e um núcleo de colaboradores nacionais e internacionais altamente qualificados. Concomitantemente, havia uma atenção especial aos novos investigadores. Ao contrário do que tantas vezes acontece, em sede de redacção da *Análise*, a constatação de que se tratava de um primeiro artigo de um autor jogava a favor da sua publicação. Fernando Gil tinha um empenho especial nessa descoberta de novos talentos.

No final dos anos noventa, o ambiente interno e a atmosfera ambiente da *Análise* sofrem alguma degradação. Internamente, diminuem a participação, o entusiasmo, a capacidade de protagonizar novos projectos de investigação; externamente, diminuem o impacto e a capacidade de atracção que *Análise* já tivera. As razões serão múltiplas e não estou em condições de um olhar suficientemente isento para as examinar. Ainda assim, julgo que a fórmula amargurada de Fernando Gil, “A *Análise* está cada vez mais uma revista como as outras”, exprime bem o sentimento de uma crise de identidade, exigindo um esforço suplementar de afirmação e renovação. Maria Luísa Couto Soares e André Barata intentaram responder a esse desafio. Como parte do problema, entendo guardar silêncio sobre a extinção da *Análise*, que poderia eventualmente responder à necessidade de uma revista que acompanhe e reforce a constituição de uma comunidade filosófica nacional. Efectivamente, a *Análise* teve uma função agregadora no meio filosófico e um forte impacto junto da comunidade científica e de um vasto número de leitores, donde resultou a capacidade de se fazer ouvir para lá do círculo de amigos e colaboradores.

⁷ “Apresentação”, *Análise* n.º 1 (1984), p. 5.

O panorama actual das revistas de Filosofia caracteriza-se pela proliferação de um número talvez excessivo de títulos, cuja lógica é a da departamentalização dos mesmos⁸, acompanhada de uma diminuição do público leitor. Isso reflecte a capacidade financeira dos Institutos/Departamentos de Filosofia, resultante do investimento público na investigação, mas corresponde também a algum enclausuramento. Porventura aquela que tem feito um maior esforço de renovação e abrangência é a *Revista Portuguesa de Filosofia*, que poderá ter um papel importante numa fase ainda incipiente da comunidade filosófica portuguesa, mas em que o intercâmbio, o diálogo e o debate de ideias se inscrevem progressivamente no *ethos* de quantos, entre nós, exercem a filosofia de um modo produtivo e inovador. Por outro lado e numa perspectiva optimista, a intensificação das relações entre unidades de investigação, a coordenação de estratégias e a tendência para a fusão que se vislumbra no horizonte permitem augurar a possibilidade, num futuro não muito distante, da criação de uma revista de filosofia que seja ponto de encontro e factor de comunidade filosófica.

⁸ Exceptuam-se as revistas *Disputatio* e *Phainomenon*, que correspondem às duas correntes filosóficas mais influentes hoje e que, por isso mesmo, têm um lugar próprio.